



REPRESENTAÇÃO SOCIAL DO ENDIVIDAMENTO INDIVIDUAL

SOCIAL REPRESENTATION OF INDIVIDUAL INDEBTEDNESS

Recebido em 14.06.2016. Aprovado em 06.01.2017

Avaliado pelo sistema *double blind review*

DOI: <http://dx.doi.org/10.12712/rpca.v11i1.777>

Helder Araujo de Carvalho

helder_72@yahoo.com.br

Universidade Estadual do Ceará (UECE), Fortaleza/CE, BRASIL

Felipe Gerhard Paula Sousa

felipegerhard@yahoo.com.br

Universidade Estadual do Ceará (UECE), Fortaleza/CE, BRASIL

Verónica Ligia Peñaloza Fuentes

vero.pf@hotmail.com

Universidade Estadual do Ceará (UECE), Fortaleza/CE, BRASIL

Resumo

Este estudo tem como objetivo analisar a ideia de endividamento na visão dos próprios indivíduos, uma vez que não há consenso na literatura teórica sobre o conceito. Para a obtenção dos propósitos da pesquisa, foram realizadas 300 entrevistas estruturadas de curta duração. Os dados, ademais, foram analisados por meio da técnica de evocação de palavras, dado que o método permite o acesso à representação social de um conceito decompondo-o em ideias centrais e periféricas, a partir da visão de diferentes classes e estratos sociais. Os principais resultados do estudo revelam que há uma multiplicidade de aspectos e variáveis que contribuem para a formação do conceito, porquanto diversos construtos e dimensões competem para a formação do fenômeno. Sucintamente, o endividamento representa para os respondentes o produto de contas, gastos, dívidas e obrigações decorrentes da confluência de fatores gerados por ações individuais e/ou externas, resultando em disposições emocionais perniciosas ao indivíduo. Ao fim, serão expostas as contribuições finais da pesquisa, bem como as principais limitações do estudo e as sugestões para trabalhos futuros.

Palavras-chave: Endividamento. Representação social. Ações individuais e externas. Disposições emocionais.

Abstract

Despite the extant definitions in the literature, this research aims to analyze the meaning of the indebtedness concept in the opinion of the individuals. To this end, we seek to analyze social representation related to indebtedness idea, observing the view of different classes and social strata. To attain the research purposes, 300 short structured interviews were carried out. The data, moreover, were analyzed by the evocation of words technique, since the method permits to reach the social representation of a concept decomposing it into central and peripheral ideas. The main results of the study show there is a multiplicity of aspects and variables that contribute to the concept formation, inasmuch as diverse constructs and dimensions compete to the formation of the indebtedness concept. Indebtedness is, briefly, the product of bills, expenses, debts and obligations resulting from the confluence of factors generated by individuals and/or external actions, causing pernicious emotional dispositions to the individual. Finally, the final research contributions will be exposed, as well as the main study limitations and the suggestions to future works.

Keywords: Indebtedness. Social representation. Internal and external actions. Emotional dispositions.

Introdução

O consumo mundial de bens e serviços está crescendo, acompanhando o aumento generalizado do desejo cada vez maior de consumir. Tal fenômeno tem acentuado os gastos dos consumidores, acarretando no aumento do fenômeno do endividamento nos últimos anos (DENEGRÍ, 2007; LIPOVETSKY, 2007; DEAN *et al.*, 2013). Como consequência, parcelas cada vez maiores das rendas familiares estão sendo dedicadas ao pagamento de débitos (DEAN *et al.*, 2013).

Segundo a Pesquisa Nacional de Inadimplência do Consumidor realizada pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) (2014), o percentual de famílias brasileiras endividadas com cheque pré-datado, cartões de crédito, carnês de lojas, empréstimos pessoais, prestações de carro e seguros vem crescendo ao longo dos últimos anos. De acordo com o instituto, o quadro de endividamento dos consumidores brasileiros é alarmante: 82,9% dos entrevistados possuem dívidas em atraso.

O endividamento ocorre em todas as classes econômicas e ultrapassa os aspectos simplesmente financeiros (DENEGRÍ, 2007; LUSARDI; MITCHELL, 2007; DEAN *et al.*, 2013). O fenômeno vem sendo desassociado da simples questão de limitação financeira, sendo considerado um epifenômeno multicausal e cheio de interpretações. Fatores como nível educacional do indivíduo, alfabetização financeira, autoestima, locus de controle, comportamento com relação ao risco, hábitos de uso do dinheiro, estilo de vida, transtornos mentais, além de aspectos sociodemográficos e características pessoais, como origem, histórico familiar, dentre outros, também têm sido salientados na literatura voltada ao tema como capazes de explicar o endividamento (LIVINGSTONE; LUNT, 1992; KIDWELL; TURRISI, 2003; NORVILITIS *et al.*, 2006; STONE; MAURY, 2006; DENEGRÍ, 2007; LUSARDI; MITCHELL, 2007; LUZARDI; TUFANO, 2009; DEAN *et al.*, 2013).

Contudo, observa-se que os estudos versados ao endividamento preocupam-se, essencialmente, com fatores específicos relacionados à formação do fenômeno; esquecendo-se, em certa medida, do que o endividamento realmente representa. Tais vertentes teóricas, dessa forma, versam diligência fundamentalmente às variáveis causadoras do

endividamento, em detrimento ao estudo do que de fato representa o fenômeno. Prova disso está na ausência de conceitos, em trabalhos tanto nacionais quanto internacionais, que definam o significado do endividamento. Os estudos, em geral, se detêm à revisão teórica de uma ou mais linhas de pesquisa sobre o endividamento, sem apresentar conceitos que definam o que é ou não endividamento. Ademais, não há consenso sobre uma definição apropriada do conceito de endividamento, bem como uma forma única de medi-lo (BETTI *et al.*, 2007).

Destarte, levanta-se a seguinte questão: qual o significado do conceito de endividamento para as pessoas de diferentes grupos e estratos sociais? Partindo-se desse hiato de pesquisa, este estudo objetiva analisar, de forma holística, a representação do conceito de endividamento. Para tal, foi examinada a representação social da ideia de endividamento, observando-se a visão de diferentes classes e estratos sociais.

Este trabalho estrutura-se em quatro seções além desta introdução. Apresenta-se, inicialmente, uma breve revisão da literatura sobre estudos versados ao endividamento, observando-se as particularidades relacionadas à temática. Por conseguinte serão tratados os principais aspectos metodológicos. Por fim, serão aferidos os resultados e apresentadas as conclusões, limitações e recomendações para pesquisas futuras.

Referencial Teórico

Nesta seção serão abordados os principais aspectos teóricos relacionados ao fenômeno do endividamento. Destarte, serão abordadas, inicialmente, as definições existentes na literatura sobre endividamento, ponderando-se suas principais características e peculiaridades. Por conseguinte, considerar-se-á as principais vertentes e fatores causadores do endividamento, erigindo-se, ao final, um quadro elencando as principais variáveis relacionadas ao endividamento e os seus respectivos autores.

Definição de endividamento

Ao longo dos últimos anos a frequência de trabalhos versados ao estudo do fenômeno do endividamento vêm crescendo demasiadamente em função do impacto do endividamento na sociedade. Não obstante, embora o seu arquétipo teórico tenha se

solidificado, as pesquisas sobre o tema apresentam, em geral, uma limitação estrutural. É possível observar na literatura relacionada ao endividamento que grande parte dos artigos se detém à análise dos fatores causadores do fenômeno, mas não abordam especificamente a conceituação do construto. Tal circunstância enfraquece a orientação teórica dos trabalhos, uma vez que questões de ordem conceitual são delineadores importantes para os alcances dos objetivos da pesquisa.

Nesse contexto, Contreras *et al.* (2006) conceituam o endividamento como a existência de uma obrigação que será obliterada após o pagamento, caracterizado pelo consumo antecipado, onde basta contrair a dívida para enquadrar-se como endividado. Outros trabalhos apresentam o endividamento como algo decorrente da ação involuntária de não pagar o que foi usufruído, resultando no acúmulo de dívidas (ZERRENNER, 2007; LEA *et al.*, 1993; TOKUNAGA, 1993; LIVINGSTONE; LUNT, 1992).

Além disto, o endividamento também pode ser visto como um desvio de cognição que implica desequilíbrio na tomada de decisão, gerando interpretações equivocadas. Ademais, Betti *et al.* (2007) atribui a esses consumidores uma espécie de miopia, dado a incapacidade desses indivíduos em identificar eventuais problemas financeiros pessoais e riscos econômicos advindos do ambiente, o que os torna, portanto, mais suscetíveis ao endividamento. Dessa forma, Dwyer, McCloud e Hodson (2011), Disney e Gathergood (2011) Ottaviani e Vandone (2011) explicam que tal desvio é intensificado pela necessidade de realização imediata e forte impulsividade dos indivíduos ao verem o endividamento como meio para alcançar seus desejos e objetivos.

Em contraposição, alguns estudos abordam o endividamento não como fruto de decisões equivocadas, mas como fruto de decisões conscientes. Nessa perspectiva, o endividado é concebido como aquele que usufrui de algo, assume e acumula dívidas de forma voluntária. Por não honrar ou estar em atraso com alguma obrigação torna-se, portanto, endividado, mesmo que de forma sutil (BRUSKI; MAGALHÃES, 2006; HARRISON; AGNEW; SERIDO, 2015).

Zerrenner (2007) explica que após a contração de muitas dívidas, o indivíduo passa de endividado para sobre-endividado. Rajas, Lehtinen e Leskinen (2010) acrescentam que uma pessoa ou família sobre-

endividada não consegue pagar as parcelas e juros da dívida após ter que arcar com alguns gastos inadiáveis (e.g. alimentação). Deste modo, Frade *et al.* (2008) coloca que pessoas neste estágio de endividamento não conseguem honrar suas dívidas o que deriva em uma reclusão deste ao crédito (ANDERLONI; VANDONE, 2010).

Uma vertente técnica, por outro lado, define como endividado o indivíduo que ultrapassa determinada fronteira crítica de acúmulo de dívidas e obrigações, determinada por um sistema jurídico específico. Denominada de modelo administrativo, essa perspectiva varia de acordo com a legislação de cada unidade administrativa (BETTI *et al.*, 2007).

Como é possível constatar, através da análise da literatura versada ao tema, não há uma grande quantidade de conceitos destinados a retratar o fenômeno do endividamento. Do mesmo modo, nota-se que, em geral, os conceitos delimitam-se a abordar sua definição por meio de uma perspectiva econômica, o que limita uma interpretação mais holística do fenômeno.

Fatores causadores do endividamento

Aliado ao aparecimento de uma cultura de consumo conspicuo, tem-se verificado o surgimento de uma cultura do débito, facultada pela mudança nos valores da sociedade (LIPOVETSKY, 2007; BAUDRILLARD, 2008). Ao passo que outrora se valorizava um comportamento austero frente às dívidas, a busca pela satisfação imediata dos desejos através do consumo passou a ganhar destaque como padrão do comportamento hodierno (FURNHAM, 1984; DAVIES; LEA, 1995; ROBERTS; JONES, 2001; DENEGRI, 2007; BAUDRILLARD, 2008).

Para Lea *et al.* (1993) é notável o crescente endividamento das pessoas, o que faz emergir uma cultura de endividados. Flores e Vieira (2014) acrescentam que as crises financeiras acentuam o surgimento de pessoas mais consumistas, inclinadas ao risco, como também à dívida. Segundo Denegri (2007) e Black e Morgan (1999), isto estaria associado a uma substituição dos valores tradicionais de austeridade em direção à busca desenfreada pelo crédito. Dwyer, McCloud e Hodson (2011), ademais, aduzem que as pessoas passaram a hipotecar o próprio futuro em função de uma vida endividada.

Por outro lado, seguindo uma vertente teórica diferente da abordagem que releva a influência social na formação do endividamento, Prinsloo (2002) e Dwyer, McCloud e Hodson (2011) aduzem ser a tomada de crédito, e consequentemente o sacrifício da poupança, o fator chave que faz emergir um número crescente de endividados. Dwyer, McCloud e Hodson (2011) pontuam que este movimento de tomada de crédito advém do fato das pessoas não possuírem uma receita corrente capaz de arcar, sozinhas, com o acúmulo de dívidas e obrigações a pagar.

Do mesmo modo, diversas outras variáveis de ordem exclusivamente financeiras estão relacionadas ao problema do endividamento, tais como baixa renda, pobreza, altas taxas de juros cobradas pelas instituições financeiras, dentre outras (JOO; GRABLE, 2004; LEGGE; HEYNE, 2009; STENNING *et al.*, 2010). Em contra partida a esse movimento, os bancos, credores de ensino e empresas de cartão de crédito estão intensamente moldando-se no intento de facilitar o acesso ao crédito (DWYER; MCCLOUD; HODSON, 2011).

Deve-se acentuar que as políticas públicas, nesse caso, possuem papel fundamental para a regulamentação do mercado financeiro. Autores como Burton (2008), Soman *et al.* (2011) e Xiao *et al.* (2011) alertam para a formulação de ações governamentais, chamando a atenção para que estas sejam acompanhadas por intervenções comportamentais, no intento de ajudar os consumidores a reduzir o comportamento de risco de crédito, como também, ajudá-los a otimizar o uso do cartão de crédito. Kim *et al.* (2014) observam que o governo coreano está se mobilizando com o intuito de apertar as exigências para o fornecimento de empréstimos (crédito) por instituições bancárias. Por outro lado, os autores relatam que em virtude disto as famílias migraram para as instituições não bancárias.

Não obstante, tal situação faz com que as pessoas procurem formas de crédito não convencionais, pois a imposição de requisitos mínimos de rendimento, taxas abusivas e a prática da lista negra contribuem para os sentimentos de desconfiança e de reclusão destes ao crédito (JACOBS; SMIT, 2010). Do mesmo modo, segundo os achados de Disney, Bridges e Gathergood (2010), as famílias endividadas revelam que buscam fornecedores de crédito que não impõem tantos empecilhos quanto os convencionais.

Em contraste, Garling *et al.* (2009) enfatizam que ao

decidir usufruir de um determinado crédito, a família que melhor percebe o risco envolvido pode tomar decisões mais eficientes. De forma consonante, Sevim *et al.* (2012) enfatizam que tais decisões exigem que a família tenha conhecimento de finanças de tal modo que consiga lidar com suas próprias finanças pessoais. Entretanto, Legge e Heyne (2009) relatam que é notável a falta de planejamento financeiro decorrente da frágil educação financeira das famílias. Dessa forma, acentua-se que os autores abordam aspectos que destoam das vertentes social e economicista da formação do endividamento. A linha teórica abordada pelos autores orienta-se por um viés educacional, relacionado à instrução e a formação financeira. Ademais, é possível constatar que tal perspectiva deposita no indivíduo a principal reponsabilidade pelo próprio endividamento.

Outros autores acentuam que a responsabilidade fundamental relacionada à formação do endividamento repousa na confluência de dois ou mais fatores; relacionados, inclusive, à ação do acaso sobre o indivíduo. Dessa forma, Santos (2012) interpela que existem dois conjuntos de fatores que representam o endividamento, respectivamente: (i) condições que conduzem as pessoas a contrair empréstimos e utilizar-se dos produtos bancários com maior intensidade; e (ii) fatores que as acarretam em dificuldades quanto a honrar a dívida (e.g. morte, doença, desemprego), ideia que é corroborada por Lea, Webley e Walker (1995).

Segundo Lewis *et al.* (1999), quando o jovem está no período de graduação para a fase adulta, este passa a prezar pelo domínio e autoestima, por isso a necessidade de independência e controle de suas escolhas. Reynolds *et al.* (2007) acrescenta que a sensação de domínio e estima elevados prematuramente pode ter efeitos a longo prazo na vida das pessoas e isso, consequentemente, afetará o auto-controle e a capacidade de tomada de decisões no futuro.

Em decorrência do alto risco de endividamento pelos jovens, Braunsberger *et al.* (2004) sobrelevam que a criação de políticas ou regras bancárias mais rígidas para restringir a idade mínima para a posse de instrumentos financeiros (e.g. cartão de crédito), são ineficientes. Os autores entendem esse tipo de estratégia, além de não reduzir o acúmulo de dívidas, também afeta aqueles indivíduos menos

propensos ao endividamento, restringindo, assim, em razão da severidade e dificuldade de concessão dos instrumentos de crédito, seu direito à liberdade financeira. Burton (2008) salienta, entretanto, que o uso do cartão de crédito tende a sugerir imagens excessivamente positivas enquanto obscurece as consequências negativas da dívida.

Destarte, tendo em vista a pluralidade de aspectos e teorias relacionadas ao fenômeno do endividamento, são dispostos no **QUADRO 1**, a seguir, os principais atributos apontados na literatura como responsáveis pela explicação do endividamento.

Quadro 1 . Dimensões

Atributos Principais	Autores
Limitações Financeiras	Joo e Grable (2004); Legge e Heynes (2009); Steening <i>et al.</i> (2010)
Fatores Sociais	Furnham (1984); Lea, Webley e Levine (1993); Davies e Lea (1995); Black e Morgan (1999); Roberts e Jones (2001); Denegri (2007); Jacobs e Smit (2010); Lipovetsky (2011); Bryan, Karlan e Zinman (2014)
Nível Educacional	Lusardi e Mitchell (2007); Lusardi e Tufano (2009)
Cartão de Crédito	Roberts e Jones (2001); Beal e Delpachitra (2003); Littwin (2008); Mansfield e Pinto (2008); Dwyer, Mccloud e Hodson (2011); Donadio, Campanario e Rangel (2012); Awanis e Cui (2013); Bryan, Karlan e Zinman (2014)
Fatores Pessoais	Schudson (1984); Livingstone e Lunt (1992); Richins e Dawson (1992); Drentea e Lavrakas (2000); Plislow (2002); Kidwell e Turrisi (2004); Ritzer (2004); Norvilitis <i>et al.</i> (2006); Ponchio (2006); Stone e Maury (2006); Reynolds <i>et al.</i> (2007); Denegri (2007); Santos e Fernandes (2011); Dwyer (2009); Bryan, Karlan e Zinman (2014); Flores (2012)

Fatores Sociodemográficos	Keese (2010); Watson (1998); Zuckerman e Kuhlman (2000); Ponchio (2006); Disney e Gathergood (2011); Flores (2012); Flores, Vieira e Coronel (2012)
Fatores Educacionais em Finanças	Christie e Munro (2003); Denegri (2007); Garling <i>et al.</i> (2009); Lusardi e Tufano (2009); Dwyer, Mccloud e Hodson (2011); Sevim <i>et al.</i> (2012)
Fatores Psicossomáticos	Drentea (2000); Drentea e Lavrakas (2000); Loonin e Plunkett (2003)
Fatores Políticos/Econômicos	Katona (1975); Hussain (2002); Beal e Delpachitra (2003); Marcolin e Abraham (2006); Lusardi (2009); Sevim <i>et al.</i> (2012); Kim <i>et al.</i> (2014)

Fonte: Autoria própria.

Metodologia

Com o intuito de se atingir os objetivos da pesquisa, foi realizado um estudo exploratório de natureza qualitativa e quantitativa. A pesquisa foi composta por duas seções: a primeira, de caráter qualitativo, pretendia conhecer qual é a representação social do endividamento – para tal utilizou-se o método de evocação de palavras; em ato contínuo, através de pesquisa quantitativa, pretende-se conhecer qual é o perfil sociodemográfico do feirante em termos de renda familiar, idade, escolaridade etc.

Participantes

O *corpus* de pesquisa abrangeu 300 indivíduos, de ambos os sexos, de diferentes classes sociais, idades e graus de instrução. Para obtenção dos respondentes, foi utilizada uma técnica de amostragem intencional de caráter incidental (AAKER; KUMAR; DAY, 1995).

Local de Pesquisa

A pesquisa foi realizada em diferentes ambientes. Em um primeiro momento, durante os meses de agosto e setembro de 2014, de 8:00h às 17:00h, foram realizadas 155 entrevistas em duas universidades públicas de Fortaleza. Em seguida, durante os meses de outubro e novembro de 2014, em horários similares, foram realizadas 145 entrevistas com passageiros do aeroporto internacional da cidade. É importante

acentuar que os entrevistados abordados no segundo local de pesquisa não se restringiam somente aos habitantes da cidade de Fortaleza.

Apesar da abordagem dos participantes da pesquisa ter sido orientada por um caráter incidental, a escolha dos locais de pesquisa foi uma ação deliberada pelos pesquisadores. O objetivo era aumentar a heterogeneidade do *corpus* de pesquisa e enriquecer ainda mais a representação social do objeto de pesquisa – não restringindo a pesquisa unicamente ao ambiente universitário.

Técnica de Coleta de Dados

Para a obtenção dos propósitos da pesquisa foi utilizada a técnica de evocação de palavras. Esta técnica tem sido utilizada na área de ciências sociais com o intuito de alçar significados e sintetizar conceitos de um determinado grupo de indivíduos (VERGARA, 2008). Nela, o pesquisador solicita aos entrevistados que mencionem as quatro primeiras palavras que lhes vêm à mente quando uma expressão indutora é apresentada. A técnica permite a identificação de detalhes relacionados ao objeto investigado que poderiam se perder com a utilização de outros métodos.

A análise da evocação de palavras permite a combinação de uma grande variedade de dados, ponderados de acordo com a frequência de evocação e a importância atribuída à unidade semântica expressada. Os termos então são agrupados de acordo com a similaridade semântica apresentada, constituindo categorias-significado do objeto de pesquisa em análise. Em seguida, são avaliadas as forças semânticas dos grupos levantados e construído um gráfico cartesiano que evidencia a distribuição de cada categoria entre os seus quadrantes. O gráfico indica, ademais, a relevância alcançada por cada grupo semântico na análise: as categorias situadas no primeiro quadrante possuem importância central no estudo; as localizadas no segundo e terceiro quadrantes apresentam importância periférica, ou seja, são relevantes para a análise embora não apresentem a força consensual obtida pelas categorias presentes no primeiro quadrante; por fim, apesar de trazerem conceitos pertinentes a grupos específicos, as identificadas no quarto quadrante possuem menor importância para análise.

A técnica de evocação de palavras caracteriza-se como uma abordagem do senso comum, elevando-o

à categoria de conhecimento legítimo e, acima disso, situando-o enquanto teia de significados, capaz de portar consigo material conceitual suficiente para se captar determinado recorte da realidade social (GEERTZ, 1983; MOSCOVICI, 1984; SPINK, 1994). Dessa forma, a ideia central da evocação de palavras insere-se no âmbito da análise das representações sociais, ou seja, desvendar a associação de ideias subjacentes a determinado grupo de indivíduos. O intuito de se estudar as representações sociais reside na busca por se conhecer a forma como um determinado grupo humano constrói seu conjunto de saberes (MOSCOVICI, 1984). Vantagens associadas à teoria de representações sociais são a sua capacidade de descrever um fenômeno bem como a eficiência em evidenciar uma realidade social subjacente.

Em contraste às abordagens que buscam acessar as representações a respeito de determinado fenômeno por meio de um levantamento individual, o acesso às representações sociais na perspectiva dos grupos busca tanto a coerência e a homogeneidade quanto a diversidade e a incoerência naquilo comum e compartilhado. A estrutura da representação social é, neste caso, fruto da somatória da análise de associação de ideias de vários indivíduos a uma ou mais perguntas (SPINK, 1994). Geertz (1983) ratifica tal perspectiva ao sustentar que, dada a impossibilidade de se buscar o estável e o consensual na análise do senso comum, não há como traçar estruturas lógicas subjacentes uniformes a todos os sujeitos sociais simplesmente porque inexistem. Porquanto seus conteúdos sejam essencialmente heterogêneos, o pesquisador não se depara tão somente com a lógica da coerência no estudo das representações sociais, mas principalmente com a contradição.

Procedimento e Análise

Foram realizadas entrevistas estruturadas de curta duração, na qual eram perguntadas, aos entrevistados, as quatro primeiras palavras que lhes vinham à mente quando se mencionava a palavra indutora “endividamento”.

Embora o desenho da entrevista direcionasse as respostas dos entrevistados, os pesquisadores não tolhiam o discurso dos respondentes, possibilitando a coleta de informações adicionais. Em geral, os entrevistados se detinham na explicação do termo evidenciado, o que levava as entrevistas a se estenderem a uma média de seis minutos, permitindo

aos entrevistados discorrer com maior profundidade sobre percepções e opiniões que nutriam a respeito do tema. O tempo total das entrevistas, vale destacar, ultrapassou 30 horas. Dessa forma, embora fosse exigido o levantamento de quatro palavras ou expressões para a criação do gráfico semântico dos entrevistados, foi possível aferir maiores impressões dos respondentes.

Para a realização da análise, primeiramente as palavras e expressões alçadas da pesquisa empírica foram classificadas em categorias com base em um sentido próximo. Após a categorização, foram retirados os termos que não apresentavam relação semântica com nenhum dos grupos criados. Por conseguinte, foram ponderadas as frequências absoluta e relativa das categorias, por meio do cálculo da ordem média de evocação (OME); tendo em conta a ordem na qual a palavra ou expressão foi citada pelo entrevistado. Por fim, foi erigido o gráfico cartesiano e dispostas as categorias semânticas encontradas.

Após a etapa de evocação de palavras, foi solicitado aos entrevistados que respondessem um questionário composto por questões de caráter sociodemográfico, com itens referentes a idade, renda, número de pessoas na família e escolaridade. Os cálculos estatísticos foram feitos com o auxílio do software *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS) versão 20.0.

Análise dos resultados

Para a consecução do objetivo da pesquisa, qual seja, analisar, de forma holística, o significado do conceito de endividamento foi examinada a representação social da ideia de endividamento, observando-se a visão de diferentes classes e estratos sociais. O teste de evocação de palavras ocorreu através da expressão indutora “o que lhe vêm à mente quando lhe falo a palavra endividamento?”. Foi solicitado aos entrevistados, 300 pessoas, que falassem as primeiras quatro palavras que lhes acometessem. Em um total de 1.090, foram evocadas 447 palavras ou expressões diferentes, reunidas posteriormente em categorias de acordo com a aderência semântica das unidades linguísticas levantadas.

Por conseguinte, foram iniciados os procedimentos necessários à construção da rede semântica da feira. Com efeito, das 447 palavras ou expressões diferentes mencionadas pelos respondentes, 139 não foram agrupadas, uma vez que não apresentavam similaridade semântica com os grupos emersos. Ademais, tais unidades semânticas, em geral, não representavam contribuição contundente para a análise; *e.g.*: recuperação, possibilidade, oferta, paz, oportunidade e Deus.

Ato contínuo, as palavras foram classificadas em 20 grupos definidores de acordo com a similaridade semântica das palavras. Os grupos formados, bem como a frequência e a Ordem Média de Evocação (OME) podem ser visualizados no **Quadro 1**, a seguir.

Quadro 1. Conjuntos definidores, frequência, OME e expressões principais

Conjuntos definidores	Frequência Ponderada	OME	Palavras ou Expressões Principais
Compra/Consumo/ Necessidade	22	1,9091	Compras; Consumir; Consumo; Necessidade; Necessidade de consumo
Compulsão/Impulso	30	2,6667	Agir por impulso; Compulsão; Compulsivo; Impulsão; Impulsividade
Conjuntura político-econômica	23	2,2174	Brasil; Condução econômica global; Crise; Economia; Globalização; Governo; Impostos
Consumismo/Compras excessivas	47	2,7447	Alienação; Alto consumo; Ambição; Comprar excessivamente; Consumismo

Contas/Gastos	46	2,1739	Acúmulo de contas; Contas; Contas a pagar; Gastos; Gastos desnecessários
Controle/Descontrole	62	2,0000	Comprar sem pensar; Controle; Controle financeiro; Descontrole; Falta de controle
Crédito	41	2,1463	Acesso a crédito; Cartão de crédito; Crediário; Crédito fácil; Crédito empresarial
Dificuldade/Problemas	28	2,5357	Dificuldade; Dificuldade financeira; Problemas; Problemas familiares
Dívidas	41	1,8049	Acumulo de dívidas; Aumento das dívidas; Dívidas; Endividado
Educação/Educação Financeira	7	3,5714	Educação; Educação financeira precária; Falta de instrução; Grau de escolaridade
Empréstimo, Financiamento e Parcelamento	34	2,4118	Carro; Casa; Empréstimos; Financiamento; Pagamento a prazo; Parcelamento
Falta de planejamento	69	2,2319	Administração deficiente; Falta de planejamento
Força maior	18	3,0000	Inesperado; Doenças; Fatalidade; Imprevistos; Saúde
Inflação	6	2,5000	Aumento de preços; Inflação
Irresponsabilidade/Despreparo	56	2,3929	Despreparo; Imaturidade; Incapacidade; Irresponsabilidade
Juros, instituições e produtos financeiros	26	2,0385	Bancos; Capitalismo; Cheque especial; Consequências do sistema; Juros altos
Limitação Financeira	63	2,3175	Aperto financeiro; Baixos salários; Dinheiro; Falta de dinheiro; Pobreza; Salário baixo
Obrigação	34	2,0000	Comprometimento; Compromisso; Dever; Obrigação; Não honrar com as obrigações
Organização/Desorganização	32	2,2500	Desorganização; Desorganização financeira; Falta de organização; Organização
Prejuízo	13	2,0000	Perdas; Prejuízo
Preocupação/Medo/Ansiedade	61	1,9344	Angústia; Ansiedade; Consciência pesada; Desespero; Dor de cabeça; Medo; Estresse
Produtos e serviços específicos	9	2,6667	Aluguel; Equipamentos; Escola; Faculdade; Móvel; Plano de saúde; Roupas
Trabalho	8	2,6250	Trabalhar; Trabalhar mais; Trabalho

Fonte: Autoria própria.

Como é possível observar mediante a análise do quadro, diversos termos foram apontados como relacionados ao endividamento. Muito embora as respostas dos entrevistados tenham sido direcionadas à ideia de endividamento, os respondentes não foram condicionados a pensar sob determinado viés ou aspecto conceitual, o que culminou na grande profusão de termos emersos e na riqueza semântica das categorias levantadas.

Ao analisar os conjuntos definidores levantados, observa-se a homogeneidade entre as expressões que compõem o grupo “Compra/Consumo/Necessidade”. Composta principalmente pelos termos compras, comprar, consumo e consumir, a categoria evidencia a importância da ação pessoal orientada à compra e ao consumo como um fator que impele ao endividamento (BRUSKI; MAGALHÃES, 2006; HARRISON; AGNEW; SERIDO, 2015). As categorias “Compulsão/Impulso”, “Consumismo/Compras excessivas” e “Controle/Descontrole” ratificam a ideia emersa pela categoria Compra/Consumo; evidenciando, ademais o forte anseio ao consumo desenfreado das sociedades atuais (LIPOVETSKY, 2007; BAUDRILLARD, 2008).

Outros grupos que apresentam contornos de ordem pessoal na representação do endividamento são as categorias “Irresponsabilidade/Despreparo e Trabalho”. Ao passo que o primeiro grupo definidor salienta a relevância da ação pessoal imprevidente na construção conceitual do fenômeno do endividamento, o último indica que a dívida pode ser combatida com o esforço e empenho individual (BRUSKI; MAGALHÃES, 2006; HARRISON; AGNEW; SERIDO, 2015).

Por outro lado, o conjunto definidor “Conjuntura político-econômica” demonstra a influência de fatores externos no endividamento. Palavras e expressões como governo, condução econômica global, crise, economia e impostos, constroem a estrutura semântica da categoria, o que revela o impacto da macroestrutura econômica e das medidas governamentais no endividamento dos indivíduos (KATONA, 1975; HUSSAIN, 2002; BEAL; DELPACHITRA, 2003; MARCOLIN; ABRAHAM, 2006; LUSARDI, 2009; SEVIM *et al.*, 2012; KIM, 2014). Do mesmo modo, os conjuntos definidores “Juros/Instituições/Produtos financeiros” e “Inflação”, corroboram e complementam a importância da influência de fatores externos na representação social do fenômeno do endividamento. Como revelam os contornos conceituais exibidos pelos grupos, ademais, o indivíduo se vê diante de um ambiente que o deixa refém de uma dinâmica econômica constituída, especialmente, por instituições financeiras e medidas governamentais que lhe impõem prejuízos e perdas constantes (DWYER; MCCLOUD; HODSON, 2011; SANTOS, 2012).

Por seu turno, o aporte conceitual trazido pelos conjuntos definidores “Conta/Gastos” e “Dívidas” indica uma característica própria do endividamento, porquanto endividar-se implica, necessariamente, em adquirir e acumular, ainda que de maneira involuntária, dívidas, contas e gastos (LIVINGSTONE; LUNT, 1992; LEA *et al.*, 1993; TOKUNAGA, 1993; CONTRERAS *et al.*, 2006; ZERRENNER, 2007). Por definição, as características levantadas são propriedades intrínsecas ao endividamento, indicando que a representação do fenômeno está em consonância com seu termo técnico. A representação dessas categorias está diretamente relacionada com o sentido abordado pela categoria “Obrigação”. Contudo, em contraste às categorias anteriores, o conjunto definidor “Obrigações” destaca elementos conceituais não levantados pelos fatores supracitados. Composta por termos como comprometimento, dever, obrigação, não honrar com as obrigações, a

categoria também associa-se à dimensão pessoal ao representar aspectos morais do indivíduo, uma vez que, ao contrair dívidas, assume-se o compromisso com o pagamento (BRUSKI; MAGALHÃES, 2006; HARRISON; AGNEW; SERIDO, 2015).

Quanto aos grupos “Crédito” e “Empréstimo/Financiamento/Parcelamento”, observa-se que as suas composições semânticas demonstram o reflexo de uma sociedade apreciadora do dinheiro fácil, acessado de diversas formas, como por exemplo, cartão de crédito e crediário (DENEGRÍ, 2007; DWYER; MCCLOUD; HODSON, 2011). A emersão dos grupos na análise indica quão destacados estão os mecanismos financeiros que facilitam a compra dos consumidores na representação social do endividamento.

No que concerne ao conjunto definidor “Falta de planejamento”, constituído essencialmente pelas expressões administração deficiente e falta de planejamento, a emersão da categoria semântica na representação social do endividamento destaca a falta de hábito em planejar o orçamento familiar, bem como o notável desconhecimento de finanças (DENEGRÍ, 2007; LEGGE; HEYNE, 2009; SEVIM *et al.* 2012). Dessa forma, a falta de planejamento é ressaltada pelos indivíduos como um fator de ordem pessoal responsável por influenciar a saúde financeira familiar. O conjunto definidor “Organização/Desorganização” corrobora essa ideia, porquanto cristaliza o papel desempenhado pelo indivíduo na questão do endividamento, relacionando as faculdades pessoais ao acúmulo de dívidas (BRUSKI; MAGALHÃES, 2006; HARRISON; AGNEW; SERIDO, 2015).

Complementando a importância da categoria Falta de planejamento, o conjunto definidor “Educação/Educação Financeira” também obteve força semântica significativa para compor o quadro de representação do fenômeno do endividamento. O conjunto definidor, contudo, aborda o endividamento por uma perspectiva político-social, uma vez que revela a importância do ensino e acesso à educação na formação da dívida do indivíduo (CHRISTIE; MUNRO, 2003; DENEGRÍ, 2007; LUSARDI; MITCHELL, 2007; GARLING *et al.*, 2009; LUSARDI; TUFANO, 2009; DWYER; MCCLOUD; HODSON, 2011; SEVIM *et al.*, 2012).

Outro fator que traz à tona à dimensão político-social relacionada ao endividamento é a categoria “Limitação financeira”. O conjunto definidor, constituído em essência pelos termos aperto financeiro, baixos

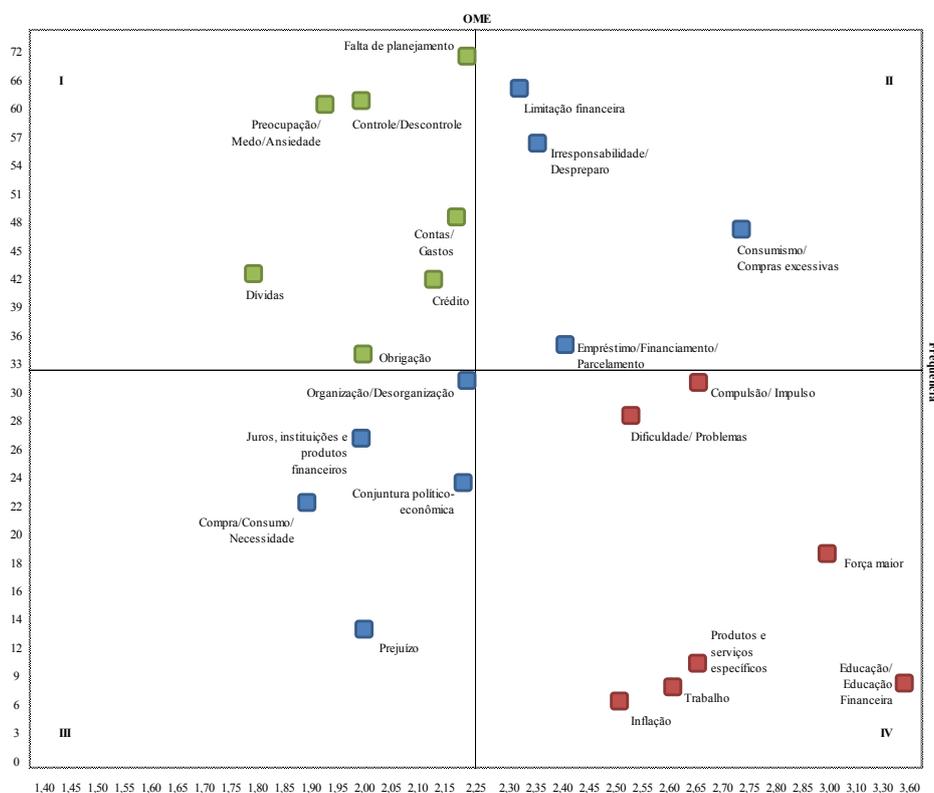
salários, falta de dinheiro e pobreza, evidencia a relação entre a questão salarial e as restrições de renda da população ao fenômeno do endividamento (JOO; GRABLE, 2004; LEGGE; HEYNES, 2009; STEENING *et al.*, 2010). É importante destacar que o esquema semântico da categoria Limitação financeira não atribui a responsabilidade do problema do endividamento unicamente ao indivíduo, mas, principalmente, às condições econômico-sociais de emprego e distribuição de renda.

Em contraste às categorias supracitadas, o grupo semântico Força maior não representa a ação de nenhum agente específico, seja econômico, mercadológico, governamental ou mesmo individual, sobre a questão do endividamento. O conjunto definidor é erigido por termos como inesperado, doenças, fatalidade, imprevistos e saúde, que evidenciam a importância de fatores incontrolláveis a porvir na construção conceitual do fenômeno do endividamento (LEA; WEBLEY; WALKER, 1995; SANTOS, 2012). Acepções similares são inferidas do grupo “Prejuízos/Perdas”.

A categoria “Preocupação/Medo/Ansiedade”, por sua vez, evidencia aspectos emocionais relacionados à questão do endividamento. Formado, sobretudo, pelas palavras e expressões angústia, ansiedade, consciência pesada, desespero, dor de cabeça, medo e *stress*, o conjunto definidor revela possíveis consequências advindas do descontrole dos gastos e da dívida. A categoria, dessa forma, se caracterizaria como uma defluência subjetiva ocasionada pelo endividamento (DRENTEA, 2000; DRENTEA; LAVRAKAS, 2000; LOONIN; PLUNKETT, 2003). Embora o conjunto semântico seja constituído por unidades de sentido diferentes, é importante se ressaltar que, em geral, elas portam uma conotação negativa.

Por conseguinte, procedeu-se a construção do quadrante de evocação com os grupos semânticos alçados tanto através da análise da literatura quanto por meio da pesquisa empírica (VERGARA, 2008). Na **FIG. 1**, a seguir, foram esquematizados os resultados da categorização.

Figura 1 . Distribuição em quadrantes dos grupos semânticos levantados

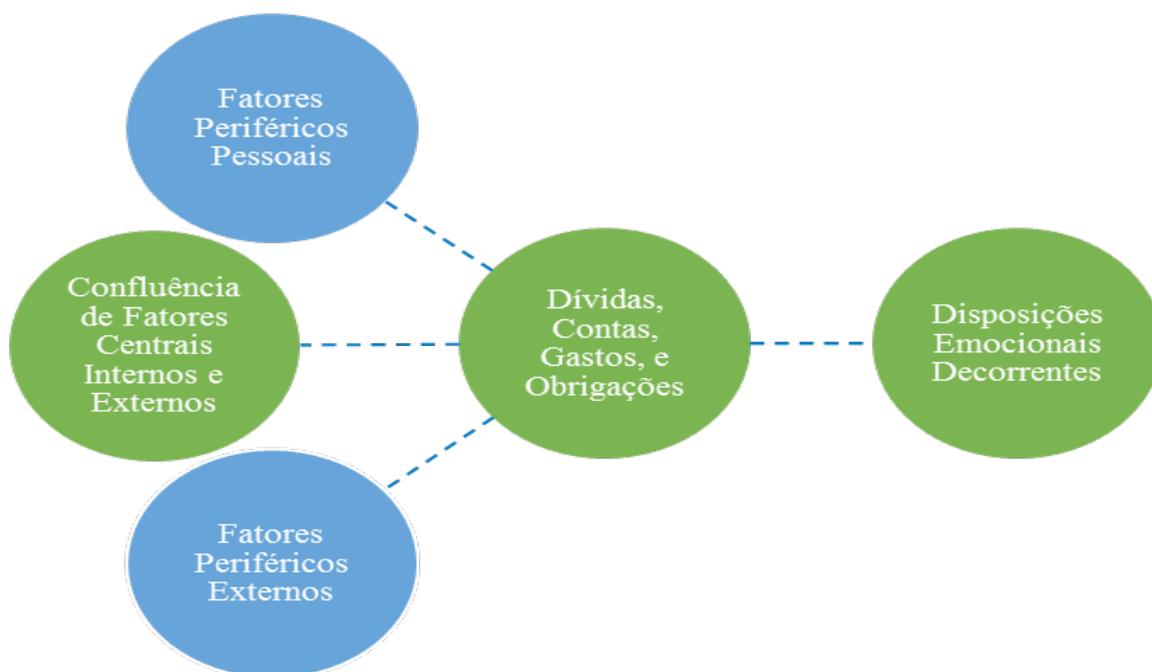


Fonte: Autoria própria.

No primeiro quadrante estão as evocações de maior frequência e maior importância, isto é, as categorias “Controle/Descontrole”, “Preocupação/Medo/Ansiedade”, “Contas/Gastos”, “Crédito”, “Dívidas”, “Obrigação” e “Falta de planejamento” são as categorias mais consensuais. No segundo e terceiro quadrantes também estão categorias de importância fundamental, contudo, menos consensuais do que as alocadas no primeiro quadrante; neles se encontram as categorias “Limitações Financeiras”, “Irresponsabilidade/Despreparo”, “Consumismo/Compras Excessivas”, “Empréstimo/Financiamento/Parcelamento”, “Conjuntura Político-Econômica”, “Juros/Instituições/Produtos Financeiros”, “Compras/Consumo/Necessidade” e “Prejuízo”. No quarto quadrante temos as categorias menos evocadas pelos respondentes; são elas: Força Maior, Compulsão/Impulso, Produtos e Serviços Específicos, Dificuldade/Problemas Inflação, Trabalho, Educação/Educação Financeira.

Mediante as evocações levantadas, a **FIG. 2** evidencia de forma esquemática as categorias semânticas no intento de apresentar a representação do endividamento.

Figura 2. Esquema representacional do endividamento



Fonte: Autoria própria.

Assim como evidenciado no modelo, diversos construtos e dimensões competem para a formação do conceito de endividamento. As categorias foram relacionadas e organizadas em dimensões teóricas em consonância com a pesquisa bibliográfica realizada. Dessa forma, bem como levantado na literatura versada ao fenômeno do endividamento, há uma multiplicidade de aspectos e variáveis que contribuem para a formação da representação de endividamento. Deve-se acentuar, contudo, que as ligações presentes no modelo indicam apenas a organização das dimensões levantadas, uma vez que o endividamento é um produto de tais dimensões, e não causa delas.

De forma ilustrativa, a figura supracitada complementa os resultados mostrados na **FIG. 1**, ao revelar que contas, gastos e obrigações lastreiam a representação do endividamento. Partindo-se deste resultado, percebe-se a existência de uma série de disposições emocionais (*e.g.* preocupação, ansiedade, estresse) atreladas ao fenômeno do endividamento. Os aspectos emocionais representam o ápice do processo de endividamento, expressando a confluência de fatores definidos como “Periféricos Pessoais”, “Centrais Interno/Externos” e “Periféricos Externos”. Vale explicitar que fatores emocionais são amparados na literatura como elementos estreitamente

relacionados ao endividamento (DENEGRÍ, 2007; LEA; WEBLEY; LEVINE, 1993; LIVINGSTONE; LUNT, 1992; BRYAN; KARLAN; ZINMAN, 2014).

Outra constatação relevante pode ser observada da representação. Diferente da abordagem técnica que define como endividado o indivíduo cujas dívidas não honradas ultrapassam um determinado limite (valor) pré-estabelecido (BETTI *et al.*, 2007), a representação social do fenômeno caracteriza como endividado aquele que apresenta alguma reação emocional negativa em decorrência da situação de endividamento. Assim, para quem não apresenta tal disposição emocional parece não haver, de fato, um reconhecer-se como endividado. Essa constatação altera completamente a compreensão do endividamento. Com efeito, algumas contradições amplamente debatidas na literatura, como por exemplo, a ineficiência de grande parte das tentativas de combate ao endividamento por meio da educação financeira dos indivíduos, podem ser reanalisadas e explicadas por esse viés.

A compreensão do endividamento, ademais, demanda a utilização de uma lógica processual em detrimento das abordagens tradicionais puramente estruturais. É necessário que haja a confluência de diversas variáveis e que estejam em constante movimentação para que ocasionem o estado de endividamento, rompendo com a ideia de singularidade ou isolamento causal. O endividamento não é um fenômeno pontual, mas, ao contrário, fruto de um processo multicausal.

É importante ressaltar que abordar esse fenômeno (endividamento) a partir de algum viés específico pode limitar a amplitude conceitual e simbólica do tema. Dentre as perspectivas existentes, a corrente teórica mais adotada se concentra sob a concepção econômica – endividamento como fruto de conta não honrada – e a adoção de somente uma ótica pode limitar e/ou desviar-se do que de fato representa a pluralidade conceitual deste fenômeno na sociedade. Em virtude disso, o modelo construído não se delimitou a compreender variáveis específicas de uma determinada corrente teórica, mas, pelo contrário, buscou encontrar justamente na heterogeneidade, a coerência existente nos significados compartilhados pelos indivíduos.

Considerações finais

Considerando-se que este trabalho buscou perscrutar a representação social da ideia de endividamento, ou seja, como o endividamento é visto no senso comum observando-se a visão das diferentes classes e estratos sociais, constata-se que o objetivo foi alcançado. Ademais, os resultados alcançados nesta pesquisa tocaram diversas perspectivas teóricas diferentes, apresentando uma homogeneidade plural e multidiversificada ao especificar e caracterizar a construção representacional do endividamento na sociedade

Argumenta-se que a literatura tem realizado esforço no intento de caracterizar os fatores causadores do endividamento e estes, por sua vez, têm sido o foco das atenções ao tempo de se confundirem como definidores imprecisos, já que os estudos, em sua maioria, têm como proposta buscar fatores correlatos ao endividamento. Ressalta-se que este estudo não partiu de uma abordagem crítica, mas sim, de uma iniciativa de representar o endividamento sob a ótica da representação social. Assim, empreendeu-se um esforço nomotético, isto é, não uma simples descrição de singularidades, mas a ordenação dos fatores e a elaboração de generalidades.

As relações empíricas levantadas corroboram para a relevância da presente pesquisa ao indicar uma lacuna na literatura pouco explorada e que se torna pertinente à medida que propõe uma definição que intercala a teoria e as expressões levantadas. Destarte, o endividamento é representado por contas e dívidas decorrentes da confluência de um conjunto de fatores individuais ou externos, em geral de ordem econômica, resultando, assim, em disposições emocionais perniciosas ao indivíduo.

Tais arguições tanto reiteram os achados das pesquisas anteriores como, também, aborda-os de forma integrada para um só fim. Do ponto de vista teórico, este estudo tentou desviar-se das conceituações particulares para uma concepção abrangente que atinja as diversas perspectivas que abordam a temática do endividamento. Por outro lado, os achados deste estudo podem servir como apoio à formulação de programas sociais que trabalhem o indivíduo no intento de reduzir as implicações emocionais negativas que lesam a sua saúde. Ademais, como sugestão conjunta a anterior, a representação põe em pauta a necessidade

de se repensar o sistema econômico como forma de refrear as altas taxas de juros e estreitar as políticas de concessão do crédito.

Salienta-se que a pesquisa apresentou algumas limitações tais como: (i) o fato de não ser capaz de generalizar a representação, já que partiu de levantamento feito em apenas uma cidade do país; (ii) a impossibilidade de fazer um levantamento transcultural no sentido de verificar a percepção das pessoas que vivem em países de diferentes contextos socioeconômicos.

Curiosamente, a representação do endividamento emersa nesta pesquisa é constituída por uma miscelânea de conceitos que apresentam certa disparidade ontológica. Ao passo que fatores que relacionam o endividamento apenas à agência e à responsabilidade pessoal – e, portanto, restrita às vicissitudes e limitações individuais – estão em consonância com uma perspectiva mais individualista da conduta humana. Outros conjuntos definidores indicam que as limitações do próprio sistema socioeconômico podem influir no processo de endividamento – o que caracterizaria uma abordagem mais socioconstrutivista. A presença de unidades semânticas que relacionam o endividamento a aspectos emocionais, por outro lado, parece transcender o racionalismo presente nas duas perspectivas anteriores, abrindo margem para interpretações do conceito por outras vertentes ontológicas. Essa combinação em uma única representação, de várias perspectivas ontológicas diferentes, demonstra a complexidade do fenômeno e, acima de tudo, a amplitude conceitual acessada pelos sujeitos sociais para representá-lo.

Com efeito, um estudo do endividamento alcançando uma perspectiva ontológica poderia representar um avanço importante na compreensão do fenômeno, uma vez que um estudo dessa natureza não se limitaria ao âmbito de abordagens teóricas, muitas vezes restritas, a determinados contextos empíricos. Do mesmo modo, sugere-se o desenvolvimento de pesquisas que busquem levantar a representação do endividamento em regiões com situações socioeconômicas distintas, a fim de contrastar diferentes perspectivas representacionais.

Referências

- AAKER, D.; KUMAR, V.; DAY, G. **Marketing research**. John Wiley & Sons, Inc. 1995.
- AMAR, J.; ABELLO, R.; DENEGRI, M.; LLANOS, M. Pensamiento Económico en Jóvenes Universitarios. **Revista Latinoamericana de Psicología**, 2007, v. 39, n. 2, 363-373.
- AWANIS, S.; CUI, C. C. Consumer susceptibility to credit card misuse and indebtedness. **Journal of Marketing and Logistics**, v. 26, n. 3, p. 408-429, 2014.
- BAUDRILLARD, J. **A Sociedade de Consumo**. Lisboa: Edições 70, 2008.
- BEAL, D. J.; DELPACHITRA, S. B. Financial Literacy Among Australian University Students. **Economic Papers: A Journal of Applied Economics and Policy**, v. 22, p. 65–78, 2003.
- BLACK, S. E.; MORGAN, D. P. Meet the new borrowers. **Current Issues in Economics and Finance**, v. 5, n.3, p. 1-6, 1999.
- BRAUNSBERGER, K.; LUCAS, L. A.; ROACH, D. The effectiveness of credit-card regulation for vulnerable consumers. **Journal of Services Marketing**, v. 18, n. 5, p. 358-370, 2004.
- BRUSKI, B.; MAGALHÃES, R. S. **Assessing Indebtedness: Results from Pilot Survey among Steelworkers in Sao Paulo**. International Labour Organization. Geneva, Switzerland, 2006.
- BRYAN, G.; KARLAN, D.; ZINMAN, J. Referrals: Peer Screening and Enforcement in a Consumer Credit Field Experiment. **American Economic Journal: Microeconomics**, v. 7, n. 3, p. 174-204, 2014.
- BURTON, D. **Credit and Consumer Society**. Oxon: Routledge, 2008.
- CHRISTIE, H.; MUNRO, M. The logic of loans: students' perceptions of the costs and benefits of the student loan. **British Journal of Sociology of Education**, v. 24, p. 621–636, 2003.
- CONTRERAS V. L.; DE LA FUENTE T. C.; FUENTEALBA C. J.; GARCÍA C. A.; SOTO G. M. **Psicología del Endeudamiento: Una Investigación**

- Teórica. Universidad De La Frontera. Disponível em: <http://www.insicon.com/estudios.../Contreras_Esp_10052007.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2015.
- DAVIES, E.; LEA, S. E. G. The Student attitudes to student debt. **Journal of Economic Psychology**, n. 16, p. 663-670, 1995.
- DENEGRI, M. **Introducción a la Psicología Económica**. Bogotá: PSICOM Editores, 2007.
- DISNEY, R.; GATHERGOOD, J. **Financial Literacy and Indebtedness: New Evidence for UK Consumers**. The University of Nottingham, 2011.
- DISNEY, R.; BRIDGES, S.; GATHERGOOD, J. House Price Shocks and Household Indebtedness in the United Kingdom. **Economica**, v. 77, n. 307 p. 472-496, 2010.
- DONADIO, R.; CAMPANARIO, M. D. A.; RANGEL, A. D. S. R. O Papel da Alfabetização Financeira e do Cartão de Crédito no Endividamento dos Consumidores Brasileiros. **Revista Brasileira de Marketing**, v. 11, n. 1, p. 75-93, 2012.
- DRENTEA, P. Age, debt, and anxiety. **Journal of Health and Social Behavior**, v. 41, p. 437-450, 2000.
- DRENTEA, P.; LAVRAKAS, P. J. Over the limit: the association among health, race, and debt. **Social Science and Medicine**, v. 50, p. 517-529, 2000.
- DWYER, R. E. Making a habit of it: conventional action, positional consumption, and the standard of living. **Journal of Consumer Culture**, v. 9, p. 328-347, 2009.
- DWYER, R. E.; MCCLOUD, L.; HODSON, R. Youth debt, mastery, and self-esteem: Class-stratified effects of indebtedness on self-concept. **Social Science Research**, v. 40, n. 3, p. 727-741, 2011.
- FLORES, S. A. M. **Modelagem de equações estruturais aplicada à propensão ao endividamento: uma análise de fatores comportamentais**. Dissertação de Mestrado. 2012. 192 f. Mestrado em Administração. Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Santa Maria (RS), 2012.
- FLORES, S. A. M.; VIEIRA, K. M. Propensity toward indebtedness: An analysis using behavioral factors. **Journal of Behavioral and Experimental Finance**, v. 3, p. 1-10, 2014.
- FLORES, S. A. M.; VIEIRA, K. M.; CORONEL, D. A. Propensão ao Endividamento e Percepção de Risco: O caso dos servidores públicos da UFSM. **XXXII Encontro Nacional de Engenharia de Produção**. Bento Gonçalves/RS: 2012.
- FRADE, C.; LOPES, C.; JESUS, F.; FERREIRA, T. **Um perfil dos sobre-endividados em Portugal**. Centro de Estudos Sociais. Faculdade de Economia de Coimbra. Portugal, 2008.
- FURNHAM, A. Many sides of the coin: The psychology of money usage. **Personality and Individual Difference**, v. 5, p. 281-291, 1984.
- GARLING, T. et al. Psychology, financial decision making, and financial crises. **Psychological Science in the Public Interest**, v. 10, n. 1, p. 1-47, 2009.
- GEERTZ, C. **Local knowledge: Further essays in interpretive anthropology**. USA: Basic books, 1985.
- HARRISON, N.; AGNEW, S.; SERIDO, J. Attitudes to debt among indebted undergraduates: A cross-national exploratory factor analysis. **Journal of Economic Psychology**, v. 46, p. 62-73, 2015.
- HUSSAIN, I. Macroeconomic Determinants of Personal Bankruptcies. **Managerial Finance**, v. 28, n. 6, p. 20-33, 2002.
- JACOBS, G.; SMIT, E. M. Materialism and indebtedness of low income consumers: Evidence from South Africa's largest credit granting catalogue retailer. **South African Journal of Business Management**, v. 41, n. 4, p. 11-33, 2010.
- JOO, S.; GRABLE, J. E. An Exploratory Framework of the Determinants of Financial Satisfaction. **Journal of Family and Economic Issues**, v. 25, n. 1, p. 25-50, 2004.
- KATONA, G. **Psychological Economics**. New York: Elsevier, 1975.
- KEESE, M. Who feels constrained by high debt burdens? – Subjective vs. objective measures of household indebtedness. **Social Science Research Network**, 2010. Disponível em: <http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1592417>. Acesso em: 08 Ago. 2014.
- KIDWELL, B.; TURRISI, R. An examination of college student money management tendencies. **Journal of Economic Psychology**, n. 25, p. 601-616, 2004.

- KIM, H. J.; LEE, D.; SON, J. C.; SON, M. K. Household indebtedness in Korea: Its causes and sustainability. **Japan and the World Economy**, v. 29, p. 59–76, 2014.
- LEA, S.; WEBLEY, P.; LEVINE, M. The economic psychology of consumer debt. **Journal of Economic Psychology**, v. 14, p. 85-119, 1993.
- LEA, S.; WEBLEY, P.; WALKER, C. W. Psychological factors in consumer debt: money management, socialization, and credit use. **Journal of Economic Psychology**, v. 16, p. 681-701, 1995.
- LEGGE, J.; HEYNES, A. Beyond Reasonable Debt: A Background Report on the Indebtedness of New Zealand Families. **Social Policy Journal of New Zealand**, v. 35, p. 27-42, 2009.
- LEWIS, C. M.; ROGALSKI, R. J.; SEWARD, J. K. Is convertible debt a substitute for straight debt or for common equity? **Financial Management**, v. 28, n. 3, p. 5-27, 1999.
- LIPOVETSKY, G. **A felicidade paradoxal: ensaios sobre a sociedade de hiperconsumo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- LIPOVETSKY, G.; SERROY, J. **A cultura-mundo**. Resposta a uma sociedade desorientada. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- LITWIN, A. Beyond usury: A study of credit card use and preference among low-income consumers. **Texas Law Review**, v. 86, n. 3, p. 451-506, 2008.
- LIVINGSTONE, S.; LUNT, P. K. Predicting personal debt and debt repay me: Psychological, social and economic determinants. **Journal of Economic Psychology**, n. 13, p.111-134, 1992.
- LOONIN, D.; PLUNKETT, T. **Credit Counseling in Crisis: The Impact on Consumers of Funding Cuts, Higher Fees, and Aggressive New Market Entrants**. National Consumer Law Center, 2003.
- LUSARDI, A.; MITCHELL, O. Financial literacy and retirement preparedness: Evidence and implications for financial education. **Business Economics**, v. 42, n. 1, p. 35-44, 2007.
- LUSARDI, A.; TUFANO, Peter. Debt Literacy, Financial Experiences, and Overindebtedness. **NBER Working Paper**, No. 14808, 2009.
- MANSFIELD, P. M.; PINTO, M. B. Consumer Vulnerability and Credit Card Knowledge Among Developmentally Disabled Citizens. **Journal of Consumer Affairs**, v. 42, p. 425–438, 2008.
- MOSCOVICI, S. The phenomenon of social representations. In: FARR, R. M.; MOSCOVICI, S. (Eds.), **Social representations**, p. 3-69. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.
- NORVILITIS, J. M. et al. Personality Factors, Money Attitudes, Financial Knowledge, and Credit-Card Debt in College Students. **Journal of Applied Social Psychology**, v. 36, n. 6, p.1395–1413, 2006.
- OTTAVIANI, C.; VANDONE, D. Impulsivity and household indebtedness: Evidence from real life. **Journal of Economic Psychology**, p. 754–761, 2011.
- PONCHIO, M. C. **The Influence of Materialism on Consumption Indebtedness in the Context of Low Income Consumers From the City of Sao Paulo**. Tese de Doutorado. 2006. 175 f. Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. São Paulo, 2006.
- PRINSLOO, J.W. **Household debt, wealth and saving**. Quarterly Bulletin. Pretoria: South African Reserve Bank, 2002.
- RAIJAS, A.; LEHTINEN, A.; LESKINEN, J. **Journal of Consumer Policy**, v 33, n. 3, p. 209-223, 2010.
- REYNOLDS, J. R. et al. Mastery and the fulfillment of occupational expectations by midlife. **Social Psychological Quarterly**, v. 70, n. 4 p. 366–383, 2007.
- RICHINS, M. L.; DAWSON, S. A Consumer Values Orientation for Materialism and Its Measurement: Scale Development and Validation. **Journal of Consumer Research**, v. 19, n. 3, p. 303-316, 1992.
- RITZER, G. **The McDonaldization of Society**. Thousand Oaks, CA, Pine Forge, 2004.
- ROBERTS, J. A.; JONES, E. Money Attitudes, Credit Card Use, and Compulsive Buying among American College Students. **The Journal of Consumer Affairs**, v. 35, n. 21, p. 213-340, 2001.
- SANTOS, T. **Materialismo, Consumo Excessivo e Propensão ao Endividamento dos Jovens Universitários**. 2012. 169 f. Dissertação de Mestrado. Universidade do Vale do Itajaí, Biguaçu, 2012.

SCHUDSON, M. Advertising, the Uneasy Persuasion: Its Dubious Impact on American Society. **American Journal of Sociology**, v. 91, n. 1, p. 159-161, 1984.

SEVIM, N., TEMIZEL, F., SAYILIR, O. The effects of financial literacy on the borrowing behavior of Turkish financial consumers. **International Journal of Consumer Studies**, v. 35, n. 5, p. 573–579, 2012.

SOMAN, D.; CHEEMA, A.; CHAN, E. Y. Understanding consumer psychology to avoid abuse of credit cards. In: MICK, D. G. et al. (Eds), **Transformative Consumer Research for Personal and Collective Well-Being**, Routledge, New York, NY, p. 423-444, 2011.

SPINK, M. J. Qualitative research on social representations: the delightful world of paradoxes. **Ongoing productions on social representations**, v. 2, n. 1, p. 48-54, 1993.

STENNING, A. et al. Credit, Debt, and Everyday Financial Practices: Low-Income Households in Two Postsocialist Cities. **Economic geography**, v. 86, n. 2, p. 119-145, 2010.

STONE, B.; MAURY, R. V. Indicators of personal financial debt using a multi-disciplinary behavioral model. **Journal of Economic Psychology**, v. 27, n. 4, p. 543–556, 2006.

TOKUNAGA, H. The use and abuse of consumer credit: Application of psychological theory and research. **Journal of Economic Psychology**, v. 14, n. 2, p. 285-316, 1993.

VERGARA, S. C. **Métodos de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2008.

WATSON, J. J. Materialism and Debt: A Study of Current Attitudes and Behaviors. **Advances in Consumer Research**, v. 25, n. 1, p. 203-207, 1998.

XIAO, J. J.; TANG, C.; SERIDO, J.; SHIM, S. Antecedents and consequences of risky credit behavior among college students: application and extension of the theory of planned behavior. **Journal of Public Policy & Marketing**, v. 30, n. 2, p. 239-245, 2011.

ZUCKERMAN, M., Kuhlman, D. M. Personality and risk-taking: common biosocial factors. **Journal of Personality**, v. 68, n. 6, p. 999–1029, 2000. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/1467-6494.00124/abstract>>. Acesso em: 20 Out. 2014.